

# **O SUJEITO NO MST: UM ESTUDO DE CASO**

## **Suzana Maria Pozzer da Silveira**

### **1. INTRODUÇÃO**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surge em 1984. Desde sua criação tem se expandido no território nacional, e também se tornou um dos maiores movimentos presentes no âmbito rural da América Latina. Nas análises/estudos desse movimento, em especial oriundas da sociologia, têm surgido diferentes olhares em relação à atuação, organização e bandeiras de luta do MST. Para certo grupo de autores, o MST não teria conseguido acabar, mesmo em relação aos seus membros, com as formas de tutela existentes no meio rural brasileiro, ou seja, estas teriam apenas mudado de forma, no sentido de que inexistente sujeito autônomo no movimento, devido à forte presença do centralismo democrático e dos mediadores, os quais fariam em nome do camponês. Para outro grupo de autores, o MST teria desenvolvido uma forma própria de educar e gestar sujeitos sociais, com autonomia e conscientes de suas ações, entendendo que a luta do movimento transcende a questão da terra.

Face ao exposto, este artigo (tendo por base pesquisa de um estudo de caso do MST) visa contribuir para o esclarecimento dessa dualidade de percepções do sujeito sem-terra. Para tal utiliza como critérios de análise, principalmente, a participação dos assentados, tanto no assentamento quanto no movimento, verificando entre outros aspectos a sua visão do MST, da reforma agrária, da tomada de decisões, da organização do trabalho, etc. Em função de referir-se a um estudo de caso estes dados não poderão ser generalizados para o movimento como um todo, mas podem servir como referência comparativa, seja para com outros assentamentos do MST, assim como outros movimentos de luta pela terra, etc.

### **2. MST: DIFERENTES ABORDAGENS**

#### **2.1. PRIMEIRA ABORDAGEM**

Para essa análise o MST tem dificuldade de propiciar a formação de sujeitos autônomos, tendo como consequência um nível baixo de democratização nas relações entre os integrantes do movimento, assim como em relação a outros movimentos sociais. No entanto, os autores dessa abordagem consideram a importância do movimento, no sentido de conseguir organizar as populações mais pobres do meio rural e contribuir para a formação de relações mais democráticas no âmbito da sociedade rural (entre fazendeiros e empregados, por exemplo).

Segundo a análise de Navarro (2002) o MST nasceu como um movimento social, tendo capacidade de se “reinventar”, aglutinando setores mais pobres do meio rural. Teve forte apoio e influência de setores progressistas, principalmente, da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesta fase, o movimento constituía-se democraticamente, sendo pouco hierarquizado, com participação da base nas decisões e ações. Posteriormente, devido vários fatores, o MST passou a ser uma organização, ou seja, não mais com participação de todos os envolvidos (base), mas com forte centralização da tomada de decisões (mediadores, lideranças). Dessa fase em diante, a base do movimento passou a ser mobilizada por diversos aspectos, mas não pela sua “adesão consciente e voluntária”. Sendo assim, argumenta que o movimento não contribui para a real emancipação dos pobres no campo, a qual tem por significado:

[...] às chances de as classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construir, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesse e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários (Navarro, 2002, p. 196 -197).

Desse modo, destaca que um dos principais desafios do movimento é a democracia, não somente interna ao movimento, mas também em relações a outros movimentos sociais, os quais o MST procura ter “controle” ou “fagocitá-los”. As lideranças e mediadores, segundo o autor, veem nas ocupações de terra potenciais de rupturas e transformações políticas, as quais não existem na percepção das famílias humildes do meio rural, que lutam pela conquista da terra, dignidade, entre outros. Além disso, enfatiza que procuram inculcar no seio dos trabalhadores rurais uma perspectiva polarizada do mundo, reducionista, entre o bem e o mal.

Reforça que hoje, em tempo médio previsível, não é possível uma ruptura sociopolítica e grandes transformações da sociedade atual. Mas que a possibilidade de real emancipação e transformação continuada da sociedade passa pela radicalização da democracia e não pela política do “conflito pelo conflito”. Dessa forma pergunta:

[...] quando a organização permitirá, em “seus” assentamentos, que os próprios assentados decidam suas formas de cooperação (se não preferirem a ocupação familiar de suas parcelas específicas), como melhor entenderem (ou seja, respeitando-se sua autonomia) e, em particular, quando deixará de utilizar fundos públicos para exercer diferentes formas de controle social sobre as famílias instaladas nestas novas áreas? (*Ibidem*, 2002, p. 277).

Martins (2003) esclarece que os camponeses não são, fundamentalmente, os protagonistas políticos da luta pela terra, uma vez que não possuem consciência política explícita, ou seja, para o autor a luta dos camponeses é “*imediata pelo instrumento de trabalho necessário à sobrevivência*”. Conforme suas palavras:

A dimensão propriamente política da questão agrária está no discurso e nas ações do que se pode chamar de agentes de mediação das lutas camponesas. São os grupos propriamente políticos, inspirados por doutrinas e ideologias partidárias, que interpretam a luta pela terra como luta pela reforma agrária. E não primariamente os trabalhadores rurais. Isto é, como luta política e luta de classes por uma revisão radical da estrutura fundiária do país, não raro em nome do socialismo. No geral, esses grupos de mediação são grupos de classe média, intelectuais, agentes religiosos e agentes partidários, educadores, ainda que dentre eles muitos tenham origem próxima ou remota em famílias camponesas, especialmente do Sul. É o caso de muitos dirigentes do MST e de muitos agentes da CPT (*Ibidem*, 2003, p.222 – 223).

Dessa forma, destaca que as lutas pela reforma agrária acabam não correspondendo aos anseios dos camponeses e as suas possibilidades de se auto-organizarem. Ou seja, os objetivos não são dos pobres, camponeses, mas da

*“classe média militante”*. Frisa que primeiramente, havia certo desprezo em relação ao homem do campo, como sendo alguém rude, ignorante, que está longe, distante do progresso. Posteriormente, da visão de desprezo passou-se a visão de tutela, ou seja, passam a ver o camponês como impossibilitado de ter voz, falar por si, que precisa de alguém que fale em seu nome. Destaca que esses mediadores, na maioria das vezes, procuram situar a questão da terra no âmbito da luta de classes e da luta anti-imperialista, sendo que a maioria dos camponeses tem pouca compreensão do que seja esquerda e direita, comunismo, imperialismo, entre outros. Em síntese, enfatiza que os mediadores reproduzem uma “luta maniqueísta entre o bem e o mal” (*Ibidem*, 2003).

## 2.2. SEGUNDA ABORDAGEM

Para essa análise o MST é um dos principais movimentos sociais do meio rural que mais consegue transformar indivíduos excluídos em sujeitos autônomos, com capacidade de esclarecimento e autodeterminação própria. Dessa forma, além de ser um movimento democrático, também contribui para avançar a radicalização da democracia na sociedade em geral.

Roseli Caldart (2001) destaca certas características do MST que o distinguem de outros movimentos sociais, tais como a sua capacidade de fazer com que pessoas excluídas da sociedade passem a ser lutadoras, se envolvam num processo de construção de novos significados para a sua realidade, assim como construtoras de novas relações sociais, em que prevaleça a solidariedade, o respeito às diferenças, o companheirismo, entre outros. Outro aspecto peculiar ao movimento, destacado pela autora, refere-se a radicalidade da forma de luta desenvolvida, no sentido de ocupar terras improdutivas e nelas construir acampamentos, envolvendo a família inteira, ou seja, a luta passa a ser de todos: homens, mulheres, jovens, crianças e, muitas vezes, até idosos. Essas características, segundo a autora, fazem com que as demais pessoas externas ao movimento geralmente não fiquem indiferentes, ou seja, são contra ou a favor.

Enfatiza que o eixo central da luta do MST é pela terra, mas que o movimento também desenvolve diferentes lutas paralelas no decorrer de sua trajetória.

Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos..., se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena (*Ibidem*, 2001, p. 208).

Em relação à organização interna do movimento, ressalta que possui uma forma organizativa própria que, ao mesmo tempo, é flexível e permanente. Além disso, tem capacidade de envolver diferentes pessoas da sociedade, em geral, na luta por suas reivindicações. Consegue articular os excluídos, organizando-os, ou seja, “não aceita a exclusão como um dado inevitável”. Questiona a lógica, o modo de ser da sociedade presente, pela sua própria forma de ser e aparecer, em marchas, acampamentos, fazendo do impossível o possível (permanecer famílias inteiras sob uma lona, durante meses, anos) e não pelas idéias revolucionárias, enfim é uma luta que pode ser sintetizada nas palavras de um sem terra: “*Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer...*” (Domício, sem-terra do Assentamento Ireno Alves, MST, antiga Fazenda Giacometti, Paraná, Brasil. In: Caldart, 2001).

Entende que o processo de estar em movimento constitui-se como um processo de formação humana, cuja *“matriz é o próprio movimento como sujeito e princípio educativo”*. Ou seja, nas ações do movimento os indivíduos se constituem como sujeitos sociais, assim como demonstram aos demais, que estão excluídos da sociedade, que as coisas podem ser mudadas, podem ser diferentes. Para a autora: *“quanto mais inconformada com o atual estado de coisas, mais humana é a pessoa”*. Sendo assim, a participação no movimento cria *“a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio”*.

Nesse sentido, no movimento e no processo de luta, os sem-terra vão entendendo que não basta apenas a terra, mas que a luta é muito mais ampla e que envolve uma série de fatores: sócio-históricos, econômico, entre outros. Face a isso, o debate desses temas com os mediadores/lideranças tende a propiciar uma melhor compreensão do contexto social, com suas particularidades, características, etc. Para tanto, além do apoio dos mediadores, a autora aponta a importância da educação para o *“desenvolvimento de sujeitos políticos”* que passam a compreender as lutas históricas dos trabalhadores por direitos. Explica que ao *“transcender a questão da terra, a luta torna-se maior que ela mesma”*.

Segundo a análise de Carvalho (2002), o MST constitui-se como um dos maiores movimentos sociais de massa do Brasil e também da América Latina, algo que dificilmente seus fundadores, em 1984, vislumbrariam. Destaca que mesmo tendo diferentes forças na sociedade contrárias a sua ação, tais como polícias militares; forças paramilitares (jagunços, pistoleiros); classes dominantes (capital agrário, comercial, industrial e bancário); grande parte dos meios de comunicação de massa, entre outros, o movimento consegue mobilizar milhões de agricultores sem-terra, obrigando o Estado e as classes dominantes a colocarem a reforma agrária como uma das prioridades nacionais.

Para entender como o MST, com tamanhas dificuldades consegue êxito na sua luta, em função de seu crescimento e atuação em diferentes regiões do país, o autor enfatiza que é necessário compreender os *“segredos íntimos”* do movimento, os quais propiciam a emancipação das *“classes subalternas do campo”* de diferentes formas de tutela, assim como a sua própria emancipação em relação a diferentes mediadores (Igreja, Sindicatos, Partidos, etc). A emancipação social referida significa um processo continuado, ou seja, algo que está em movimento permanente, uma vez que as relações de tutela não se acabam radicalmente, ou, se terminam umas, outras se apresentam e assim sucessivamente.

Segundo o autor, a *“emancipação social continuada”* não necessariamente exige a presença dos mediadores, pois os próprios integrantes do movimento, através de sua ação, mobilização pelos propósitos objetivos e subjetivos, acabam se emancipando nesse processo. O MST foi capaz de propiciar um novo sentido a essa emancipação, reafirmando a identidade dos sem-terra, a sua conquista de dignidade, fatores estes que contribuíram para a aquisição da cidadania. Além disso, também foram importantes para o empoderamento desses sujeitos as ações diretas, ocupações, pedagogia própria, mística, formação de novas relações, tanto internamente (solidariedade, companheirismo, disciplina, estudo) como externamente (autônomas e não cooptadas) em relação a outros movimentos sociais, Estado, etc.

### **3. O ESTUDO DE CASO**

A fim de entender o sujeito sem-terra, tendo em conta as referidas abordagens, foram delimitados três eixos de análise: 1º Eixo – Sujeito (subjetividade, empoderamento, pertencimento); 2º Eixo – Autonomia (mediadores); 3º Eixo – Democracia (estrutura).

Esta divisão em diferentes eixos é de cunho mais didático, visto que se torna difícil na análise fazer uma nítida separação dos referidos temas, os quais estão imbricados/relacionados. Em função da delimitação de espaço, este artigo foca mais no primeiro eixo, tendo ênfase limitada em relação aos demais (Vide: Silveira, 2007).

O assentamento selecionado para a pesquisa localiza-se na Região de Lebon Régis – *Assentamento Eldorado dos Carajás* -, no Estado de Santa Catarina. Para coleta dos dados aplicou-se uma entrevista estruturada. Complementarmente à entrevista foi realizada observação participante do cotidiano dos assentados (v. Silveira, 2007).

### 3.1. SUJEITO SEM-TERRA (ASSENTADOS)

Em relação à percepção do MST, observou-se que os entrevistados o veem como “instrumento” para conseguir bens, tanto materiais (terreno, casa, sementes, etc) quanto simbólico/pedagógicos (aprendizado da importância da organização popular para ‘conseguir muito mais coisa’, valorização da identidade rural, etc). Dessa forma, o movimento e em consequência as ocupações, os acampamentos são formas de organização que são positivas para os assentados, pois por meio destes conquistaram um espaço, tanto físico (terreno, etc) quanto subjetivo (auto-estima). Através desta, conforme fala do “Assentado B”, se ‘consegue respeito’, o qual é imprescindível para ser Sujeito, no sentido de ser reconhecido pelos demais, seja do seu grupo ou da sociedade em geral, ao invés de estar a mercê, seja desempregado ou submetido as relações de produção já estabelecidas.

Analisando o cotidiano, a convivência, o trabalho no assentamento percebe-se que os assentados constroem uma subjetividade própria do meio rural, peculiar à realidade concreta em que vivem. Para ser possível confirmar e procurar “medir” o quanto esses agricultores são sujeitos hoje, faz-se necessário análise de como se constituem como sujeitos autônomos, assim como da aplicação de uma referência comparativa, do tipo: como era a vida antes e depois de entrar no MST; qual o potencial de empoderamento, de autodeterminação desses assentados; entre outros, conforme pode ser ilustrado pelos seus depoimentos:

Se eu te conto. Era uma vida sofrida, antes de vir pra cá dependia de morar no que é dos outros, pagando aluguel, dependia de tudo. Hoje não, graças a Deus não estamos mil maravilhas, né. Deu uma virada, pelo menos foi um giro de noventa graus. Porque não tenho nada contra a cidade, gosto de tudo, né. Nós morávamos na casa dos outros, alugada (Fraiburgo). Por exemplo: os filhos, a mulher tinha que manter que nem cachorrinho (preso). Era só aquele lotinho e nada mais. Hoje, não, temos a liberdade aqui. Lá não podia andar de qualquer jeito [...]. Eu acho que tenho mais liberdade agora, que por mais que tenha algumas cláusulas no contrato que não posso fazer, né, mesmo assim eu acho que tenho minha liberdade. Porque, por exemplo, se eu tivesse trabalhando fora como iria estar aqui agora para nós conversar, não é? (“Assentado B”).

Trabalhava em pomar de maçã, depois que entrei no MST mudou, não tem hora marcada, a hora que você pode vai, se sente mais livre e mais a vontade (“Assentado F”).

O grau de liberdade adquirido depois da conquista da terra é significativo, tanto em termos de decidir o que e como produzir (plantar) como em relação ao horário de trabalho. Além disso, o modo de portarem-se, de poder ‘andar de qualquer jeito’,

conforme fala do “Assentado B”, das crianças terem espaço para brincar, sem muito cuidado, tal qual exigia em terreno pequeno na cidade, faz com que tenham uma grau maior de liberdade.

Para o “Assentado C” o movimento contribuiu em diversos aspectos, tanto no seu aprendizado como pessoa, quanto em relação aos demais integrantes do grupo, conforme segue:

Antes de entrar no MST era difícil. De ter terra pra plantar, né. Pra mim melhorou bastante por isso. Antes trabalhava de peão. Agora tendo a terra pra você trabalhar, você planta o que quer. Vai pra roça a hora que quer. De empregado, peão, assim é diferente. [...] Acho que no movimento você aprende um monte de coisa, é uma aula para a pessoa. Tu aprendes muita coisa, né. Eu para começar, porque aula eu quase não fui. Porque dali quando entramos no acampamento, porque ficava meio que debalde. Tinha gente que pegava e fazia aula. Eu não sabia, mal a pena assinar meu nome. Só nesse sentido você aprende, né. E não fui só eu, foi um monte de gente. Desde estas jornadas que fomos, não é sair para fazer turismos. Desde o começo acho que o movimento foi bom para mim. [...] Não é eu para mim e você para você. Se tu tens tu come, se não tem fica sem, né. É muito diferente. Então é uma sociedade que é tudo junto. Nesse sentido, não é assim individualmente, é pelo conjunto. Se estou aqui, porque eles me ajudaram e não só eles, né, também a sociedade (“Assentado C”).

A liberdade, o maior espaço, a capacidade e possibilidade de decidir o que e como fazer na terra conquistada evidencia o grau de autonomia e subjetividade adquirido por esses assentados, principalmente em relação à vida que tinham antes, em que eram obrigados a vender sua força de trabalho e de submeterem-se as ordens do proprietário.

A fala do “Assentado C”: ‘Nesse sentido, não é assim individualmente, é pelo conjunto’, revela que no movimento aprendem a se relacionar com os demais de outra forma, em que o coletivo é mais importante que o individual. Desenvolvem a capacidade de ser solidários, de dividirem quando necessário para que todos tenham dignidade, de, por exemplo, não ficar um sem comida, enquanto o outro tem de sobra. Outro aspecto da fala do “Assentado C”: ‘no movimento você aprende um monte de coisa, é uma aula para a pessoa’, ou seja, há uma significativa valorização do conhecimento adquirido no MST, no sentido positivo, de empoderamento do sujeito e não como algo tutelador, imposto.

A percepção, por parte do “Assentado D”, do movimento como “um ser” solidário, que acolhe todos, assim como pelo seu papel fundamental na luta pela terra, segundo segue:

O movimento nunca virou as costas para ninguém, né. O assentado, se não fosse o movimento ele não conseguia. Porque não existe a pessoa entrar num terreno sem ter apoio de ninguém, né. Se tem o movimento eles vêm e conversam, tem tempo, mas sem o movimento os pistoleiros já tiram direto as pessoas do terreno ocupado, mal dá tempo para entrar. *A luta do movimento vai além da aquisição da terra?* Luta, o movimento não é só pelo terreno. Na verdade o movimento somos nós. Tem a liderança, né, mas quem faz o movimento somos nós, né. O movimento é para conseguir o terreno e lutar por melhores condições de vida do assentado. Até se puder ajudar uns que estão na cidade, também, sempre na ideia da solidariedade, do não querer só pra si. Se tem movimento, o objetivo do movimento é sempre o coletivo, né, não

individual. Sempre recursos para cooperativa, linha de leite, enfim um monte de coisa. Porque se lutasse só pelo terreno para o assentado, se não tem recurso como vai sobreviver em cima do terreno? (“Assentado D”).

Conforme esclarece o “Assentado D” é meio quimérico achar que os agricultores por si só, sem o suporte do movimento, irão conseguir êxito em suas lutas, assim como desenvolver-se autonomamente, principalmente, num meio social que não propicia isso, tal qual o meio rural brasileiro, em que a violência, os maus tratos são frequentes ao trabalhador rural. Sem mencionar a questão da mídia, pela qual são estigmatizados. Dessa forma, veem o movimento como um amparo, uma forma de se incluir socialmente e que os propicia tornarem-se ator capaz de ir construindo o movimento, ou reconstruindo-o, ou seja, como explica o referido assentado: ‘quem faz o movimento somos nós’.

O “Assentado G” esclarece a rotina daqueles que não têm um lugar definido, que não pertencem a uma comunidade, que não possuem um grupo social de referência, pois andam de um lugar para outro em busca da sobrevivência.

A gente aqui mudou a vida pra melhor. Temos criação, galinha, porco, mantimentos. Mesmo sem dinheiro colhemos para o gasto. Antes era sofrido. Nós somos do interior. Toda a vida capinava na roça, desde os 12 anos. *Porque foi para a cidade?* Daí nós fomos trabalhando na roça como agregado, como diziam, depois a vida não era fácil. Daí nós fomos indo procurar serviço na cidade, um pouco trabalhava na firma, um pouco de diarista, boia-fria. Mas agora melhorou 100% do que nós morávamos na cidade. *Acha que no movimento foi possível a conquista de novas potencialidades?* Achei que foi uma coisa boa, pra nós foi uma coisa muito mais diferente, muito melhor. Eu achei que melhorou bastante a questão de falar, de ter mais coragem. [...] o movimento determina uma coisa que seria muito melhor a nossa vida, só que chega nos grandão, partidário, pra nós são os feras. Os cara do Banco do Brasil acham que a gente está estorvando. Na caixa, as pessoas da roça, do movimento sem-terra são pessoas muito sem valor para pessoas assim. Até que um dos meus filhos trabalha com um tal de “Baipe”, mas não querem nem saber dos sem-terra, querem ver morto os sem-terra (“Assentado G”).

Também foi possível verificar a consciência de que o movimento quer o melhor para os assentados, mas tem os ‘grandão, partidário’ que não gostam dos sem-terra, que os discriminam, atrapalham e dificultam sua luta. Ou seja, mesmo não caracterizando na linguagem culta o nome de fazendeiros/burguesia/elite, os assentados têm consciência que os ‘grandão’ não gostam dos sem-terra e sabem identificá-los na figura daqueles que tem poder partidário/político ou de posses/bens. Enfim, falam a partir da experiência de vida, o que também é uma forma de conhecimento.

No aspecto do empoderamento, no sentido de não ser apenas um sem-terra, mas um Sem-Terra:

Por exemplo, você está lá no Banco, a gente tem uma pastinha verde que os assentado usam – vai bloco de nota e coisa – então você chega lá e os cara já te conhecem pelo caminhar. Mas se chegar lá tipo um Mello da vida, já é tratado de outra forma (“Assentado B”).

Ou seja, o movimento propicia empoderamento, pertencimento/inclusão aos assentados e, com isso, fortalece suas subjetividades, como fica explícito na fala do

“Assentado B” ´ em que se sente mais forte, “mais sujeito”, pois já não é um qualquer (*‘um Mello da vida’*), mas um assentado do MST que sabe dos seus direitos, que faz parte de um dos maiores movimento do Brasil, que tem alcançado muitos êxitos, a ponto de lhe auxiliar, assim como tantas outras famílias, a conseguir terra, casa própria, trabalho e ter uma vida digna com seu familiares.

Em relação à proposta de reforma agrária do movimento e a existente hoje, os assentados têm consciência que ainda falta muito para o movimento conseguir efetivar a “sua reforma agrária”. Do mesmo modo, compreendem que é somente pela ação e pressão do coletivo organizado que a mesma será implementada. Ou seja, não basta constar na legislação que todos devem ter direitos a uma vida digna, etc, para ser posta em prática é necessário a organização e mobilização como mencionam os assentados:

Hoje ela está numa linha quase boa. O Lula tem a proposta de não só dar a terra, mas dar a terra e a infra-estrutura. Eu acho que está no caminho certo, mas falta muito ainda. Por isso que depende de nossas lutas, só que a gente não pode ficar em casa aqui sentado esperando que eles vão trazer. Se nós não formos à luta, em busca, quem pressiona lá o presidente é que vai ter mais coisas. Se a UDR, os ricos, irem lá e fazerem mais projetos, o presidente vai ter que atender quem tiver mais (“Assentado A”).

É que o governo veja mais o lado dos agricultores, né. Que nem eu falei, só conseguir o terreno não adianta. Que nem entra lá um governo que não apoia o pequeno agricultor não tem volta, não vê crédito nenhum. O cara só vai fazendo financiamento no banco, vai se endividando (“Assentado D”).

Entendem que não basta a terra, mas que é necessário o apoio, incentivo do governo para aquisição de sementes, adubos, enfim, condições para produzir e, dessa forma, se manter no meio rural.

Conforme Touraine (1994) a subjetivação (que propicia a “libertação” do ser humano a toda a forma de dependência, assim como a transformação parcial do indivíduo em sujeito) e a autonomia (no sentido de decidir sobre sua vida, sem a imposição de papéis) fazem com que o indivíduo torne-se sujeito. Sendo assim, pode-se caracterizar os assentados como sujeitos em construção, os quais foram na trajetória de acampados, depois assentados, conquistando autonomia e, com isso, vão tornando-se atores de suas próprias vidas. Dessa forma, o processo de fazer parte do movimento, assim como auxiliar a construí-lo propiciou um significativo empoderamento, tanto referente a subjetividade (auto-estima; identidade; solidariedade) quanto ao aprendizado em termos informacionais (entender o que é a reforma agrária, a origem, características e diretrizes do movimento, entre outros). A compreensão destas questões ocorre mais pela experiência vivida, pela interação coletiva em reuniões, encontros, marchas e congressos do MST e não tanto pelo estudo e formação individual. Nesse processo, os assentados vão interagindo e construindo-se como sujeitos.

Além disso, constata-se que a maioria dos assentados tem discurso próprio, no sentido de entenderem o que é melhor para o assentamento, assim como os propósitos do movimento, a importância da reforma agrária e, dessa forma, possuem capacidade de, como diz Castoriadis (1982), *“advir sobre o discurso do outro, não aceitar dominar-se pelo discurso do outro.”*

### 3.2. OS MEDIADORES E OS ASSENTADOS

As relações dos assentados com os mediadores, diferente da abordagem crítica ao movimento, conforme referido, é de muita liberdade de discutir, discordar, fazendo com que os assentados tenham voz ativa nas assembleias, negociações, etc. Além disso, costumam cobrar/fiscalizar os mediadores para que exerçam suas funções (de levar e trazer informações, de encaminhar propostas aos órgãos competentes, entre outros). Caso contrário, se não conseguirem se adequar ao estabelecido em Assembleia pelos assentados, os mediadores são afastados ou perdem a credibilidade, conforme menciona o “Assentado B”:

Tem encontros mensais, depende deles lá, né (Pena Branca.....) se precisam de nós e tem algum informe eles tão vindo aí. *Os mediadores costumam impor suas idéias e propostas, as quais devem ser acatadas?* Não, não, Deus o livre se fosse assim, daí não é um mediador é um ditador, né. Ditador nós não queremos, né. Participamos, não tem discriminação. Não existe e nem pode existir. Por exemplo: tem lá a Nega Cutia (posseira – integrante do núcleo dois). Então quando nós chegamos aqui, ela queria meio que ditar as ordens. O pessoal recuou, não, não é assim como você pensa. Então, é um exemplo nosso mesmo. Não é qualquer um que vai chegar aqui e dizer o que temos de fazer, nem mesmo o Stedile. Se não serve não acatamos e o movimento não vai retaliar (“Assentado B”).

Na fala do “Assentado B” percebe-se, diferente da abordagem de Navarro (2002), que há participação dos assentados (base) nas decisões a serem tomadas, assim como se sentem em condições de discordar, caso seja necessário. Dessa forma, também não foi possível perceber o diagnóstico de Martins (2003) de que alguém fala em nome do camponês, sendo este impossibilitado de ter voz, mas ao contrário, conforme outros trechos acima referidos, o movimento propicia empoderamento aos camponeses, fazendo com que tenham mais voz. Por exemplo, na fala do “Assentado G”: ‘Eu achei que melhorou bastante a questão de falar, de ter mais coragem’, ou ainda, segundo a fala de um sem-terra de outro assentamento, citado anteriormente quando da análise das opiniões de Caldart (2001): ‘*Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer...*’, ou seja, começaram a ter voz, a ser sujeito, a “parar de morrer” justamente quando começam a participar no movimento. Dessa forma, os mediadores no assentamento analisado são vistos mais como auxílio, em termos de organização e não como alguém que fala em nome dos camponeses. Sendo assim, os assentados veem com bons olhos os mediadores, no sentido de que são eles os responsáveis para ir em busca de recursos, encaminharem projetos, entre outros. Enfim, para eles os mediadores são imprescindíveis.

Quando eles não podem ir numa reunião, qualquer um de nós pode ir e depois repassar para o pessoal. *Como funcionam relações com mediadores?* Discordamos se necessário, porque, por exemplo, esse que era coordenador das 100 famílias, mas pra nós ele não representava nada, porque tinha reunião que passavam as coisas para ele e ele não ia, ou ia e não repassava as coisas para nós. (“Assentado D”).

Na fala do “Assentado D” é possível perceber o grau de autonomia e reconhecimento adquirido dos demais membros do assentamento, no sentido de que

todos têm condições “intelectuais”, de formação política, entre outros, para se preciso for substituir o mediador do núcleo, tomar decisões com outros “companheiros” e entidades em reuniões fora do assentamento. Ou seja, percebe-se o alto grau de envolvimento dos assentados nas diferentes questões que envolvem seu cotidiano. Nesse sentido, constituem-se como sujeitos, que participam, interrogam, discordam e colaboram para a tomada de decisões que afetam suas vidas. Não são meros indivíduos, passivos, quase indiferentes à tomada de decisões pela direção, mas se sentem também direção. Não cabe mais a ideia de que o outro sabe mais, pode mais e, sendo assim, deve falar pelos assentados, mas sim que todos podem e que ninguém fala pelo outro, mas segundo o consentimento esclarecido do outro que o autorizou a falar.

### 3.3. A PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS

As assembleias no assentamento são para tratar dos problemas diários, do próprio assentamento, sendo que as discussões políticas acontecem mais em períodos eleitorais. A maioria dos Assentados diz ser do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que há uma família do PMDB. Dizem-se do PT, em geral, ou seja, não são filiados a tendências políticas dentro do referido partido.

O movimento tem que puxar pelo lado dos trabalhadores. Na minha opinião, apoiar um partido que está ao lado do movimento. Se ele está aqui assentado foi graças ao movimento, não foi outro. *O assentamento segue as diretrizes do MST na questão eleitoral?* Nem tudo né, mas acho que a maioria. *E esses que não seguem, tem alguma punição?* Não acontece nada (“Assentado C”).

Na fala do “Assentado C” o MST parece ser uma referência política, pedagógica e de apoio e não algo tutelador, pois caso fosse, os assentados teriam condições de identificar ou estaria implícito em suas falas. Da mesma forma que sabem identificar o patrão/fazendeiro como alguém que os explora e tutela, dificultando-os de serem sujeitos, também mencionariam os mediadores. Além disso, na fala dos assentados não se percebe a presença de um discurso ideologizado (politicamente correto), pois falam segundo suas experiências de vida, do sentir-se explorado, de não ter terra, enfim das dificuldades que passaram.

Em relação às diretrizes do MST em apoiar um candidato, não existe uma rigidez que todos devem seguir, mas geralmente ficam do lado do movimento, nas principais decisões, de âmbito mais amplo (nacional ou regional). Até porque, existe uma sintonia entre as decisões da coordenação do movimento e os assentados, conforme palavras do “Assentado A”:

*Vocês seguem as diretrizes do MST?* Isso aí é começado aqui, é discutido aqui e vai indo, pela regional e depois vai para a estadual. Não é de cima para baixo, é o contrário, de baixo para cima. Não é o MST, a executiva, que decide apoiar um candidato e os demais tem que acatar, mas é de baixo para cima, dos acampamentos e assentamentos.

No tocante a organização no assentamento, no sentido de distribuição de tarefas, entrada de novos membros, ocupação de cargos, verificou-se principalmente em relação a este último que todos podem participar, ou seja, não existe restrição para ocupar um cargo, tal como coordenador de núcleo, por exemplo. Apenas deve ser indicado em Assembleia e se caso o indicado não aceitar será indicado outro membro.

Mesmo existindo atores mais centrais, os fluxos de informação não ficam centralizados nestes atores, pois caso isso aconteça, poderá ocorrer o afastamento do mediador do núcleo do assentamento. O mediador (coordenador do núcleo) deve repassar as informações aos demais. Da mesma forma, no tocante as decisões, ou seja, não é o mediador ou liderança que decide, mas o conjunto de assentados em assembleia. Face a isto e segundo o já exposto, pode-se inferir que em relação à estrutura organizacional do assentamento que existe um significativo nível de democracia interna. Em outras palavras, está presente o poder descentralizado, a cultura do agir comum, a horizontalidade na tomada de decisões, aspectos estes que facilitam a formação de relações autônomas e democráticas.

Conforme exposto, pode-se apontar que predomina nas relações entre os integrantes do assentamento um processo de organização onde estão presentes a autonomia, a subjetividade e a democracia. Contudo, cabe frisar que esses aspectos não estão presentes de forma absoluta, pois na realidade ninguém é totalmente autônomo e democrático, tendo em vista a heteronomia da própria sociedade. Além disso, algumas vezes, os interesses pessoais acabam prevalecendo em relação ao coletivo. Dessa forma, parece mais correto concluir que os assentados são indivíduos que ao participar do movimento vão constituindo-se como sujeitos autônomos através da prática de relações mais democráticas e, em consequência, diminuindo sua condição de tutelado.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O camponês foi visto por muitos como um não-sujeito e como alguém incapaz de tornar-se sujeito devido a uma série de fatores, como, por exemplo, estar distante do “progresso”, ser arcaico e dependente da tutela de um fazendeiro, dirigente político, quando não dos próprios mediadores de movimentos sociais, partidos políticos, entre outros. Contudo, mesmo neste contexto adverso, os camponeses foram protagonistas de vários movimentos sociais rurais, tais como Ligas Camponesas, Contestado, entre outros. Dessa forma reivindicam a possibilidade de ser, de fazer-se como sujeito, que tem voz e luta por direitos. Seguindo a tradição desses movimentos, o MST constitui-se como referência de organização e resistência para grande parte dos trabalhadores rurais sem-terra.

No entanto, no caso do MST, alguns autores apontam que este reproduz junto a seus membros as tradicionais relações de tutela existentes no meio rural, sob outras formas. Isso decorrente do fato de que não seriam os camponeses os protagonistas, sujeitos capazes de se auto-organizar, mas as lideranças, os dirigentes/mediadores que os conduziriam, através do discurso da utopia de uma outra sociedade, enquanto a luta dos camponeses seria apenas pela subsistência imediata.

Entretanto, tendo em vista a secular relação de subordinação e tutela pelas quais são vítimas os camponeses parece difícil conseguirem romper com essa lógica sem antes serem capazes de pensar, no sentido de imaginarem alternativas, ou seja, de que é possível a construção de novas formas de sociabilidade e de relações sociais, enfim compreenderem que a realidade social não é um dado imutável, mas que é construído e, portanto, passível de mudanças. Mas para isso, fundamental se torna um nível razoável de escolaridade, a fim de entenderem a engrenagem de funcionamento da sociedade, tanto nos aspectos históricos, sociais, econômicos, etc. No entanto, infelizmente, os camponeses carecem dessa formação o que dificulta a possibilidade de imaginarem alternativas, de se auto-organizar de forma sustentável. Além disso, existe toda uma lógica na sociedade que não favorece a autonomia, a emancipação, o questionamento, pois predomina o poder econômico dos grandes proprietários, os quais geralmente

integram o setor dominante, no sentido de possuírem muito poder no âmbito do Estado, dos meios de comunicação e do mercado. Dessa forma, a autonomia dos camponeses vai se consolidando, através da participação no movimento, pois é neste e através deste que vão entendendo porque são sem-terra, sem trabalho, sem cidadania, entre outros. Assim como, possibilita-os imaginar que a realidade pode ser diferente, seja pela construção de novas relações sociais, da *práxis* do pensar e atuar coletivo, da valorização da identidade rural, enfim fatores que vão constituindo-os como sujeitos. Daí a importância do movimento e de tudo o que o constitui (mediadores, educação, simbologias, tradições, etc).

Nesse sentido cabe destacar, como base para o referido entendimento, a análise de Alain Touraine (1994) quando enfatiza que *“o sujeito somente existe como movimento social, por seu caráter contestatório à lógica da ordem”*. Ou seja, são os movimentos sociais que propiciam com mais vigor o engajamento que protesta contra as exclusões existentes na sociedade e, como consequência, tem mais possibilidade de propiciar a formação de sujeitos, em especial dos excluídos e estigmatizados.

Sendo assim, entende-se que os mediadores não são um problema se integram o movimento na condição de facilitadores e aprendizes, tendo em vista que os camponeses também têm muito a ensinar, seja em função da experiência de vida, do trabalho no campo, da sabedoria popular, entre outros. Entretanto, no caso em que as mediações arrogam-se portadoras do “saber”, seja do passado, presente quanto futuro e se entendem no direito de doutrinar e impor aos demais sua visão de mundo, aí neste caso já não é mais um movimento social, mas uma organização (hierárquico-vanguardista), tal qual a afirmação de Navarro, ou até uma seita (muitos movimentos considerados como seitas desmembram-se, cessam ou mudam de direção ideológica e/ou doutrinária com o desaparecimento dos seus líderes). Contudo, os indicativos dessa pesquisa apontam que o MST parece ir em outra direção.

Tendo por base os aspectos supracitados, essa pesquisa verificou que os integrantes do MST, no assentamento analisado, vêm se constituindo como sujeitos, não de forma absoluta, mas através de um processo aberto caracterizado por vários fatores. Entre estes, a organização em rede, na qual predominam relações descentralizadas e horizontalizadas; ou seja, mesmo existindo coordenadores (atores mais centrais), as decisões e os fluxos de informações não permanecem com estes atores, pois devem ser repassados e discutidos com os demais em assembleia, caso contrário, o coordenador poderá ser deslegitimado ou destituído do cargo.

Nesse processo, as relações igualitárias, assim como novas relações sociais, tendem a se fortalecer e ampliar, como, por exemplo, o exercício da democracia (ou seja, da participação); de não ficar aquém das decisões como mero expectador; enfim vão aprendendo a se auto-determinar, tanto individualmente como sujeito, quanto no plano relacional com outros sujeitos. Outro fator significativo é a prática da luta, ou seja, da participação em acampamentos, marchas, protestos, enfim através da vivência da ação coletiva que modifica seus comportamentos, assim como da experiência adquirida na resolução de problemas concretos. Dessa forma, o processo de aquisição de autonomia também ocorre por meio da *práxis*, ou seja, o fazer no qual o outro é considerado agente essencial de sua autonomia (Castoriadis, 1982). Conforme assinala Caldart (2001) é nas ações do movimento que os indivíduos se constituem como sujeitos sociais. Entretanto, segundo a autora, o eixo central de luta do MST é pela terra, mas não dissociada do contexto social, histórico, político, econômico, cultural em que se inserem os trabalhadores rurais.

Sendo assim, através do aprendizado da construção do sujeito, os assentados vão adquirindo a capacidade de questionar a situação opressiva e desigual que os

excluía do acesso à cidadania. Nesse sentido, a conquista da autonomia faz parte desse processo de organização e luta por direitos. Verificou-se que, integrados a esta luta, os mediadores atuam mais na condição de facilitadores e auxiliares, não significando que falam em nome dos camponeses tal qual aponta a crítica, pois são coadjuvantes na luta pela terra.

Face ao exposto, é possível afirmar que existe no assentamento uma “democracia viva”, onde seus integrantes podem tomar decisões sobre suas vidas, assim como influir, em parte, nas decisões da sociedade em geral, através da participação, do envolvimento e com isso da compreensão que as coisas (contexto, relações, valores, etc) podem ser diferentes. No entanto, cabe destacar que fundamental e necessário para criar e, principalmente, manter os alicerces desta democracia, é o processo ininterrupto da constituição do sujeito, através do permanente desenvolvimento da auto-estima, da iniciativa, do empoderamento, a fim de que com isso continuem sendo capazes de criar e produzir de acordo com sua realidade e necessidades, não sendo meros consumidores e expectadores. Dessa forma, diferente da abordagem crítica ao movimento, esta pesquisa encontrou outros indicativos, os quais não são suficientes para caracterizar o movimento como um todo, mas que ilustram outras tendências, as quais podem ou não vir a ser corroboradas por outras pesquisas em diferentes assentamentos e acampamentos do MST.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caldart, Roseli Salete. “O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo”. **Estudos Avançados**, 43 (15), São Paulo, 2001.
- Carvalho, Horácio Martins. “A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)”. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- Castoriadis, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Martins, J. Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- Navarro, Zander. “Mobilização sem emancipação’ – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. “O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho)”. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- Silveira, Suzana M. P. **A construção do sujeito no MST: Assentamento Eldorado dos Carajás**. Dissertação de mestrado, defendida em abril de 2007. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina.
- Touraine, Alain. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

---

*Suzana Maria Pozzer da Silveira é doutoranda em Sociologia Política no Programa de Pós – Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). [[sumapozzer@gmail.com](mailto:sumapozzer@gmail.com)]*